



**AVALIAÇÃO DA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO
DISTRITO FEDERAL**

1. Este documento é parte integrante da nona revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) e tem por objetivo apresentar a situação financeira do Distrito Federal (DF) no último triênio, com ênfase no exercício de 2008, conforme os valores apresentados nos quadros anexos do Programa, de modo a contextualizar as metas e compromissos estabelecidos.
2. Para simplificar a exposição dos dados, os montantes referir-se-ão a valores correntes e os percentuais de variação, a valores reais. O índice de preços utilizado será o IGP-DI médio anual, salvo no caso dos valores de estoque da dívida, que serão comparados utilizando-se o IGP-DI acumulado anual.
3. No exercício de 2008, o DF apresentou resultado primário superavitário de R\$ 145 milhões, decorrente da diferença entre a receita líquida de R\$ 10.017 milhões e a despesa não financeira de R\$ 9.873 milhões. Em 2007, o DF apresentou superávit primário de R\$ 556 milhões, revertendo o déficit primário de R\$ 58 milhões verificado em 2006.
4. Em 2008, a soma do resultado primário com as fontes de financiamento foi mais que suficiente para permitir a cobertura do serviço da dívida, tendo o DF gerado uma suficiência financeira de R\$ 262 milhões. Resultado semelhante aconteceu em 2007, quando o DF apresentou suficiência de recursos de R\$ 484 milhões.
5. A receita bruta, que no caso do DF equivale à receita líquida, evoluiu de R\$ 7.445 milhões em 2006 para R\$ 8.214 milhões em 2007 e alcançou R\$ 10.017 milhões em 2008, apresentando crescimento de 9,63% em relação a 2007. Tal aumento foi resultante principalmente das receitas de arrecadação própria, que apresentaram crescimento de 7,77%, passando de R\$ 6.266 milhões para R\$ 7.511 milhões.
6. É importante destacar que o Fundo Constitucional do DF, cujos recursos totalizaram R\$ 5.258 milhões em 2006, R\$ 6.047 milhões em 2007 e R\$ 6.595 milhões em 2008, não integra o orçamento do Governo do Distrito Federal nem o Programa, por ter sua execução orçamentária realizada diretamente pela União.
7. As receitas de arrecadação própria foram responsáveis, por 77,11%, 76,28% e 74,98% do total da receita bruta em 2006, 2007 e 2008, respectivamente. O ICMS, que respondeu por 52,46% das receitas de arrecadação própria em 2008, cresceu 3,17% em relação a 2007, estimulado pelo "Convênio ICMS/Confaz 110/2007" (que regulamenta a substituição tributária do álcool anidro) e por algumas ações do DF na área tributária, como a implementação da nota fiscal eletrônica no setor de combustíveis, o cruzamento de informações com operadoras de cartão de crédito, cobrança administrativa de débitos ainda não inscritos em dívida ativa e procedimentos de auditoria concentrados nos setores de supermercados, magazines, comércio de materiais de construção e setor de ensino. As outras receitas de arrecadação própria apresentaram

evolução ainda mais dinâmica, registrando crescimento de R\$ 739 milhões – o que corresponde a 13,34% –, influenciadas principalmente pelas receitas de multas e juros de mora (crescimento de R\$ 130 milhões, como consequência do terceiro REFAZ) e indenizações e restituições (R\$ 95 milhões), seguidas das arrecadações do IPVA (avanço de R\$ 75 milhões) e do IPTU (R\$ 62 milhões).

8. As despesas não financeiras evoluíram de R\$ 7.503 milhões em 2006 para R\$ 7.658 milhões em 2007 e alcançaram R\$ 9.873 milhões em 2008, correspondendo a um crescimento de 15,90% em relação a 2007. Tal crescimento em 2008 é explicado principalmente pelo desempenho das despesas com pessoal, que tiveram um incremento de R\$ 1.261 milhões (18,67%).

9. As despesas com pessoal foram responsáveis, por 49,15%, 51,47% e 52,70% do total da despesa não financeira em 2006, 2007 e 2008, respectivamente. Em 2008, o crescimento dessas despesas deveu-se, principalmente, aos aumentos de 29,43% dos gastos com o executivo (administração direta) e de 4,11% com inativos e pensionistas em relação a 2007, que representaram 62,25% e 17,71%, respectivamente, do total. Embora tenha havido um crescimento de 8,98% da receita corrente líquida (RCL), a relação despesas com pessoal / RCL subiu de 47,66% em 2007 para 51,90% em 2008.

10. O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (IPREV/DF) foi criado em junho de 2008, e contempla os poderes Executivo e Legislativo. A Lei Complementar nº 769, criadora do IPREV/DF, prevê a segregação de massas, de maneira que o fundo financeiro (com regime de repartição simples) abrange os servidores efetivos admitidos até 31 de dezembro de 2006, enquanto aqueles com ingresso posterior constituem o fundo previdenciário, sob o regime de capitalização.

11. As outras despesas correntes e de capital (OCC) foram responsáveis, por 50,85%, 48,53% e 47,30% do total da despesa não financeira em 2006, 2007 e 2008, respectivamente. Em 2008, o crescimento dessas despesas deveu-se, principalmente, aos aumentos de 5,47% dos gastos com outras despesas correntes e de 41,21% com investimentos em relação a 2007.

12. Os investimentos evoluíram do patamar de R\$ 679 milhões em 2006 e R\$ 669 milhões em 2007 para R\$ 1.051 milhões em 2008, elevando sua participação de 10,23% e 9,05% para 11,63% da Receita Líquida Real (RLR) nos respectivos exercícios.

13. Com relação às outras despesas correntes (ODC), houve uma queda de R\$ 3.013 milhões em 2006 para R\$ 2.867 milhões em 2007, e elevação para R\$ 3.364 milhões em 2008, correspondentes a 45,38%, 38,80% e 37,24% da RLR nos respectivos exercícios.

14. O estoque da dívida do DF, que era de R\$ 1.723 milhões em 31 de dezembro de 2006, passou para R\$ 1.677 milhões em 31 de dezembro de 2007, representando um decréscimo real de 9,82%. Já o saldo em 31 de dezembro de 2008 totalizou R\$ 2.036 milhões, apresentando um crescimento de 11,28% em relação ao ano anterior devido, principalmente, à incorporação da dívida da administração indireta ao Programa, e ao crescimento real de 41,03% da dívida fundada externa.

15. Na composição da dívida distrital em 2008, a relativa à Lei nº 9.496/97 foi a de maior representatividade. Sua participação no total da dívida financeira passou de 59,80% em 2007 para 53,49% em 2008, em razão das amortizações realizadas e do crescimento da dívida fundada total. Em seguida, aparece a dívida fundada externa, que representava 16,24% da dívida financeira em 2007 e passou a representar 19,23% em 2008.

16. A relação Dívida Financeira / RLR foi de 0,25, 0,22 e 0,22 nos exercícios de 2006, 2007 e 2008, respectivamente. O crescimento da RLR (9,94%) em 2008, próximo do registrado pela Dívida Financeira (11,28%) no mesmo exercício, determinou a estabilidade da relação nos dois últimos exercícios.


17. O DF paga o serviço da dívida relativa à Lei nº 9.496/97 sem usufruir do limite de comprometimento de 13% da receita líquida real e, por este motivo, não acumula resíduo.

18. Parte do incremento de R\$ 223 milhões registrado pela dívida da administração indireta em 2008 corresponde à reclassificação da dívida com a Caixa referente a contratos de habitação originados no âmbito do IDHAB (atual CODHAB), com estoque de R\$ 116 milhões em 31 de dezembro de 2008, classificada anteriormente como dívida da administração direta, por haver sido assumida pelo Tesouro Distrital. Os restantes R\$ 107 milhões do crescimento da dívida da administração indireta referem-se à incorporação de toda a dívida da administração indireta ao Programa. Deste último montante, uma parcela de R\$ 44 milhões corresponde ao reconhecimento de um passivo contingente, ocorrido em novembro de 2008, no âmbito da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB.

19. A avaliação da situação financeira do Distrito Federal demonstra a importância da continuidade do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal para a manutenção do equilíbrio das finanças públicas do DF. A revisão do Programa prevê resultados primários nulos para cada exercício do triênio de 2009 a 2011. Apesar disso, conforme expectativa do DF, as necessidades de financiamento brutas deverão ser cobertas com recursos oriundos de operações de crédito. Nesse sentido, foram previstas suficiências de R\$ 452 milhões, R\$ 712 milhões e R\$ 880 milhões nos exercícios financeiros de 2009, 2010 e 2011, respectivamente.

20. Nas previsões do Programa, foi avaliado o risco de frustração nas liberações de operações de crédito. Nesse sentido, com o intuito de não se projetar resultados primários inferiores e, conseqüentemente comprometer a capacidade de pagamento do DF, calculada segundo os critérios da Portaria MF nº 89/97, optou-se por não incluir como correspondente despesa de investimentos a totalidade dos recursos de financiamento. Entretanto, caso as liberações previstas se realizem integralmente, ocasionando resultados primários inferiores, o eventual descumprimento da meta 2 poderá ser objeto de revisão da avaliação, consoante com o art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003, desde que haja justificativa fundamentada e que tenha sido preservado o equilíbrio da execução orçamentária, ou seja, a não incidência de atrasos / deficiências em cada exercício do triênio.

Brasília, 16 de junho de 2009.


ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional